

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Polícia tira posseiros

113

da reserva

Pg.:

722.2.78 - ESP

ELIANA LUCENA
Enviada especial

— A "Operação Laranjeiras", comandada pela Polícia Militar de Cascavel, Paraná, para a retirada dos invasores da área indígena do Rio das Cobras, onde vivem cerca de 1.200 Kaingangs e Guaranis, teve início ontem, pela manhã, dificultada pela chuva que caía na região. A operação conta com a participação de 200 homens da PM, Polícia Federal e alguns observadores do Exército. Ontem, foi confirmada a prisão de Aldair Borba, acusado pelos índios de ser pistoleiro e de explorar suas terras. Ele está sendo mantido incomunicável em uma pequena cela improvisada na sede do PI Rio das Cobras, mas conseguiu manter um rápido contato com os repórteres negando as acusações e mostrando-se bastante amedrontado. A operação começou às 11 horas e o trabalho de contato com os colonos que ainda permanecem no interior da área ocupada — cerca de 40 famílias — deverá ser feito a partir de hoje. Os colonos, especialmente aqueles que não conseguiram alojamento em casas de parentes e amigos, estão perambulando pela rodovia BR-277, Foz de Iguaçu-Curitiba. Eles querem saber se poderão fazer as colheitas ou se irão receber indenização. Entretanto não há qualquer funcionário do INCRA, no Paraná, cuidando do reassentamento dos posseiros, que não poderão voltar à reserva, pois as osses abandonadas estão sendo imediatamente ocupadas pelos índios, que reivindicam a roça colhida, cerca de mil alqueires.

As acusações de grilagem, invasão de terra e roubo de madeira, se avolumam na área. A maioria dos colonos que, espontaneamente, abandonou a reserva, afirmou que comprou glebas na área agora interdita e, alguns deles, do próprio representante da Funai no PI das Cobras, Leonardo Machado, que foi recentemente demitido por corrupção.

Os próprios posseiros estão apontando os nomes dos principais grileiros, entre eles, Jandir Bueno, Pedro Ramos dos Santos Lima, Juvenal Damásio de Lima, Delmiro Gomes e Sebastião Pessoa Nogueira que, de acordo com as acusações, enganaram vários colonos, vendendo terras indígenas a preços irrisórios.

As posses ilegais, soma-se a constatação de que 19 pessoas

possuem os títulos definitivos das terras, emitidos pelo Estado do Paraná, durante o governo de Moisés Lupion. Aldair Borba, preso pela Polícia Militar, e Valério Adálio, Manoel Borges e Sebastião Baguá são acusados de serem pistoleiros, a serviço desses proprietários, cujos títulos estão sendo contestados judicialmente pela Funai. Entre os proprietários estão Iimar Adams, Idulino Piasentini, Alcebades Sienckentach, e a Madeireira Ipema.

A Funai está se apoiando no Estatuto do Índio para tentar a anulação dos títulos, porque a lei 6.001 torna sem efeito qualquer título emitido em área reconhecida como habitat natural de comunidade indígena.

Entretanto, os verdadeiros exploradores das terras indígenas são pessoas que, dispondo de recursos razoáveis, há meses deixaram a área, instalando-se em outras terras, sem qualquer dificuldade. Permaneceram, em sua maioria, os pequenos colonos que foram enganados pelos grileiros e que agora não têm para onde ir.

A POSIÇÃO DO PREFEITO

O prefeito de Laranjeiras do Sul, Amádio Babinski, acha que a revolta dos índios kaingangs e Guaranis, contra os colonos foi insuflada por outro grupo Kaingang, do posto indígena Mangueirinha, localizado no mesmo estado. Babinski acusa o ex-chefe do posto, Leonardo Machado, de ter levado esses índios para a área. Ele esteve reunido com o presidente da Funai e mostrou-se contrário à retirada dos posseiros, chegando a afirmar, para o presidente da entidade, general Ismarth de Oliveira, que o órgão devia explicações à Câmara, sobre a atitude adotada.

Ismarth explicou que foi uma medida drástica, tomada depois das tentativas de encontrar uma solução pacífica.

Segundo Ismarth, um levantamento feito em 1975 por uma comissão mista Incri/Funai, previu que a transferência dos posseiros exigiria a aplicação de três milhões de cruzeiros. O Incri não conseguiu esse dinheiro e afirmou que ele deveria ser pleiteado junto ao governo federal pela Funai. Esse órgão depois de fracassar nas tentativas de conciliar os interesses dos índios e dos posseiros, decidiu retirar os intrusos, com o apoio dos órgãos de segurança.

ALTERAÇÃO

As três camionetas para o transporte dos colonos e as di-

versas viaturas da PM, saíram do PI Rio das Cobras lideradas pelo capitão Wlmar Brasil. A estrada de acesso ao posto foram interditadas na noite de domingo e todos os veículos que passavam pelo local foram rigorosamente vistoriados, sendo que vários motoristas tiveram as suas armas apreendidas. A preocupação das autoridades era de que pistoleiros conseguissem penetrar na área interdita, causando sérios conflitos.

Os índios kaingangs e guaranis não estão sendo aproveitados na operação de retiradas dos posseiros, que conta, também com vários funcionários da Funai. Os índios entregaram todas as suas armas para os soldados e além de revólveres, espingardas e facas, pretendiam utilizar, na luta que provavelmente manteriam com os invasores, flechas com pontas molhadas em veneno de cobra.

Eles apenas aguardam a retirada final dos invasores para iniciar o trabalho de plantação das roças. "Mas nós queremos instrumentos modernos — pediu ontem, o cacique Valdomiro ao presidente da Funai — pois, atualmente, não temos tratores e outras máquinas modernas para uma produção maior".

Até o final da operação, o coronel Anadir de Castro, comandante da PM, espera montar torres de vigia especiais ao longo do perímetro do posto indígena, delimitando toda a reserva. Os órgãos de segurança garantem que, ao término da operação, a situação estará totalmente normalizada e a terra liberada para os índios.

Perguntado se a "operação limpeza" no PI Rio das Cobras poderá estimular outros grupos indígenas do sul do País a decretar luta contra os invasores de suas terras, o presidente da Funai admitiu sua preocupação, mas espera encontrar saídas para os outros invasores — só em Nonoai, no Rio Grande do Sul, eles chegam a dez mil — para que não seja necessária outra operação militar para a retirada de colonos, sem um plano prévio de reassentamento dessas famílias em outros locais.

ESP - 22/02/78